

## Berço farroupilha

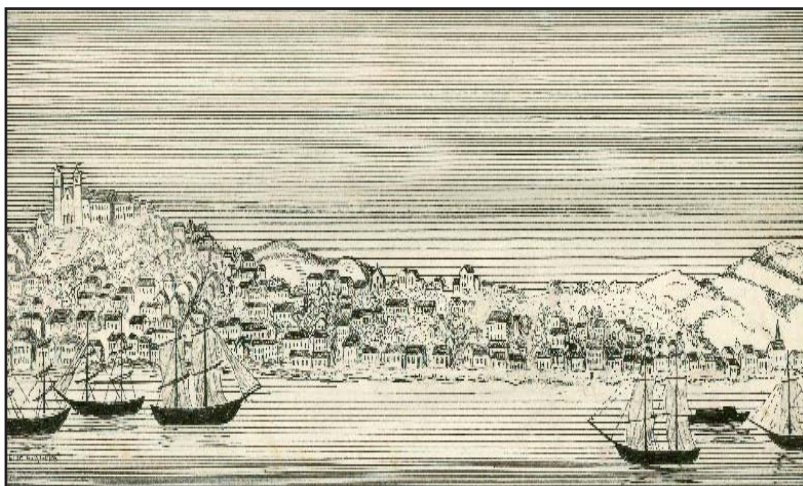
No ano de 1830, na corte do Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I enfrentava sérias dificuldades com o clima de confronto dos partidos políticos e o descontentamento geral que reinava no país. D. Pedro já pressentia que seria inevitável sua abdicação em favor do filho, o príncipe D. Pedro de Alcântara, de quatro anos. Porto Alegre, como capital da Província de São Pedro do Sul, com uma população de doze a quinze mil habitantes, já era um centro movimentado, ainda que a condição de cidade tivesse sido adquirida apenas oito anos antes. O mais importante jornal da capital da província era o *Constitucional Rio-Grandense*, fundado em 1828, em substituição ao *Diário de Porto Alegre*, lançado em caráter oficial um ano antes, com breve duração.

O novo jornal, que se intitulava político e literário, mantinha vivas as discussões acaloradas dos dois partidos – o conservador, que apoiava o regime, e o liberal, que se opunha às atitudes discriminatórias do governo imperial em relação à província. Um dos fundadores do Partido Liberal foi Vicente Ferreira Gomes, que começou a carreira jornalística nos editoriais do *Diário de Porto Alegre*.

Foi, no entanto, como diretor e redator do *Constitucional Rio-Grandense* que Vicente mais veementemente propalou sua ideologia liberal, reagindo contra a situação política da província, com críticas ao governo central. Ele atacava sem se preocupar com o fato de o jornal ser impresso na tipografia da Santa

Casa de Misericórdia, que dependia do governo. Era grande a repercussão desses artigos do *Constitucional Rio-Grandense*, distribuído em Porto Alegre e nas cidades de Rio Grande, Rio Pardo e Pelotas, por quatro mil-réis a assinatura semestral e oitenta réis o número avulso. A divisa do jornal *Constitucional-Rio-Grandense* já preparava o leitor para as matérias de alto cunho político:

*Pela Pátria.  
Vê sem torcer a veste  
Sem susto à morte  
Sem cobiça ao ouro.*



*Vista oeste de Porto Alegre em 1837. A igreja matriz à esquerda sinaliza a rua da Igreja. À direita, em primeiro plano, entre dois barcos, a Presiganga, o navio-prisão*

As preocupações de Vicente com o jornal ficaram de lado na manhã iluminada apenas por um pálido sol de outono do dia 10 de maio de 1830. No alto da colina da rua da Igreja, que

definia a paisagem como um anfiteatro à margem do Guaíba, Vicente, sozinho na sala, sentado no incômodo sofá de palhinha, já com dor nas costas devido ao encosto reto, fumava seu charuto. A janela da casa modesta de estilo colonial português estava aberta, deixando entrar frio e umidade. O silêncio na casa fazia Vicente ficar mais nervoso ainda: as mulheres estavam todas no quarto do casal, ao fundo do corredor.

Aquele homenzarrão sentia arrepios pelo corpo e, de vez em quando, se levantava para caminhar, contando os poucos passos de um extremo ao outro da sala. Seu olhar vagava além dos telhados rosados da rua da Ponte até as águas do Guaíba. Ele tentava se livrar da angústia, observando o vaivém das embarcações a vela que chegavam e partiam pelos afluentes do rio, ligando Cachoeira, Rio Pardo e outras cidades gaúchas a Porto Alegre.

O rapaz de 25 anos pensava na mulher, Francisca, em trabalho de parto do terceiro filho. Ele temia pelo futuro da criança e pressionava nervosamente uma mão na outra, assegurando a si mesmo: “Esta nós vamos criar”.

Vicente e Francisca tinham perdido dois filhos recém-nascidos, e ele imaginava os novos cuidados que deveriam ser dispensados para que este atingisse a vida adulta. Seus cismares foram interrompidos pelos passos da mãe, Perpétua, que chegava para comunicar que ele acabara de ser pai de um lindo menino, “bem maior e robusto que os outros”. Tudo corraera bem. Vicente curvou-se para beijar as mãos que Perpétua lhe oferecia, num gesto usual entre mães e filhos naquela época. Disse que o nome para o filho varão já escolhera fazia meses:

– Ele vai se chamar Fernando. Fernando Ferreira Gomes.

Para entender a evolução do menino Fernando e tudo que enfrentou até ser conhecido e respeitado como o professor Gomes, é preciso conhecer a história de seus pais. Se a herança genética teve grande influência em muitas de suas características

físicas e psicológicas, a educação recebida de sua mãe lhe valeu o equilíbrio de vida. Tal qualidade, acrescida ao vigor herdado do pai, facilitou a superação das dificuldades desencadeadas pela morte deste, quando Fernando tinha oito anos.

Vicente Ferreira Gomes (1805-1838) era filho de Apolinário José Gomes, nascido em Lisboa, na Freguesia de Santa Engrácia. O avô paterno de Fernando Gomes veio muito jovem para o Brasil e se estabeleceu em Porto Alegre, onde casou, em 1803, com a gaúcha Perpétua Maria dos Santos Gomes, a única avó que Fernando conheceu. Vicente foi o segundo dos dez filhos da união de Perpétua e Apolinário José, mas só chegaram à vida adulta, além dele, Maria Carolina, Apolinário José, Teresa Carolina, Lúcio José, Antônio José e Joaquim José Gomes.

Perpétua tinha sangue indígena. Seu ancestral, o português João Ramalho, chegado ao Brasil em 1532, viveu maritalmente com a índia Bartira, mais tarde batizada Isabel, filha do cacique Tibiriçá, nascida nos campos de Piratininga.

Vicente foi um menino voluntarioso e de inteligência vivaz, desenvolvida na escola do respeitado padre Thomé Luiz de Souza. Tornou-se um rapaz popular, apelidado de Carona, por ser corpulento, ter feições bem marcadas e gestos largos que logo o destacavam. Além de jornalista, Vicente trabalhava como rábula (advogado sem diploma). Para legalizar a situação, submeteu-se a provas perante uma junta de advogados e prestou juramento como juiz municipal. Trabalhou também como escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda e, bem relacionado e inflamado orador, conquistou uma cadeira de deputado na Assembléia Provincial.

O homem era dotado de uma extraordinária energia. Sabia dividir seu tempo, sem deixar de lado as poucas distrações que a provinciana Porto Alegre oferecia. Seu jeito extrovertido, o entusiasmo pelo teatro e o prestígio de jornalista facilitaram que se tornasse membro da diretoria do primeiro grupo de tea-

tro amador de Porto Alegre, a sociedade *Theatrinho Particular*, cujo secretário era o professor Antônio Álvares Pereira Coruja. Vicente não se limitava à parte administrativa, e atuava nos bastidores como segundo contra-regra dos espetáculos.

Francisca Aucta Vélez, a mãe de Fernando Gomes, foi exposta, isto é, deixada recém-nascida por desconhecidos na porta da casa do tenente e vereador José Francisco Faria e Costa no dia 20 de agosto de 1810, conforme sua certidão de batismo, datada de 1<sup>o</sup> de setembro. No documento que equivalia à certidão de nascimento, na época do Império, quando a Igreja estava ligada ao Estado, a menina é citada simplesmente como Francisca, afilhada de Fernando Antônio Viana.

Exposta não era uma palavra rara nas certidões de batismo, definindo bebês abandonados na porta de casas de família para serem acolhidos. Nem sempre eram famílias abastadas, e algumas ficavam com os enjeitados, garantidas pelo sustento dos expostos que era encargo municipal. Como no início do século XIX, em Porto Alegre, o número de expostos aumentava, foi instituído um fundo de recursos provenientes da Câmara de Vereadores e de um grupo de cidadãos sensíveis àquele problema social.

Em 1837, durante a Revolução Farroupilha, a Santa Casa passou a receber os bebês na roda dos expostos. Era um disco de madeira, em forma de tambor, instalado em sentido horizontal, na parte interior do prédio, cuja parede tinha uma abertura para a rua, por onde colocavam a criança. Soava então um sino, avisando aos funcionários encarregados que deveriam girar a roda para recolher mais um exposto. Francisca Aucta Vélez Gomes não passou por esse ritual como já se viu na referência do seu atestado de batismo.

Entre o batizado e o casamento com Vicente Ferreira Gomes há um hiato de informações sobre a vida de Francisca. O fato de ter sido exposta não a impediu ser aceita por uma

família bem constituída, como a de dona Perpétua e Apolinário José Gomes. Os noivos tinham, respectivamente, 16 e 21 anos de idade. A cerimônia religiosa realizou-se às sete horas da noite do dia 13 de abril de 1826, na Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus ainda com as duas torres desiguais. Depois da citação do noivo como filho legítimo do finado Apolinário José Gomes e dona Perpétua Maria dos Santos Robalo Gomes, a noiva foi apresentada como dona Francisca Aucta Vélez, exposta em casa do tenente José Francisco de Faria e Costa. Sem filiação. Atuaram como testemunhas do casamento o padre Thomé Luiz de Souza que fora professor de Vicente, Manoel Américo da Costa e Zeferino José Rodrigues Ferreira.

O casamento de Vicente e Francisca transcorreu em uma cerimônia ao cair da tarde, horário que exigia licença especial do bispo. A viúva Perpétua Maria dos Santos Gomes era muito devota e freqüentava a antiga catedral. Na certidão de casamento do filho, há uma referência ao fato de os noivos serem “naturais e batizados nesta mesma freguesia”. Eles moravam nas imediações da rua da Igreja, que se estendia à Cidade Baixa e, como o bairro era pequeno e Porto Alegre quase uma aldeia, conheciam-se desde crianças.

De onde surgiu o sobrenome espanhol de Francisca? Ela foi uma moça graciosa e sua digna trajetória de vida revela ter sido criada por uma família de trato, da qual adotaria o sobrenome. Na época, era comum, pois até os escravos usavam o nome de família de seus senhores. Seria muita coincidência, Francisca e Vicente terem escolhido o tenente-coronel Vélez como padrinho de batismo de seu filho Fernando sem uma razão mais forte. Concluí ter sido uma homenagem àquele que deu seu nome a Francisca ou – quem sabe – seria sua filha natural ou de outro membro da família Vélez. Nas pesquisas realizadas não achei vestígios de que ela tivesse recebido alguma herança.

Yayá Gomes Pinto Ribeiro, minha avó, neta de Francisca, contava que nós tínhamos, além do sangue português dos pri-

meiros casais açorianos que ajudaram a construir a povoação de Porto Alegre, um pouco de sangue espanhol. A família acreditava, portanto, que o pai biológico de Francisca fosse um Vélez.

Um ano depois de casados, Francisca e Vicente tiveram seu primeiro filho, Francisco (1827), falecido com poucos meses. Quase dois anos depois nasceu outro Francisco, que teve o mesmo destino. Isso não era raro no século XIX. Havia alto índice de mortalidade de bebês desidratados em decorrência de disenterias, enterites e a infecção do cordão umbilical chamada Mal dos Sete Dias. O falecimento desses recém-nascidos era comunicado pelos pais nos jornais de Porto Alegre.

Fernando Ferreira Gomes foi batizado no dia 22 de janeiro de 1831, conforme o registro da Cúria Metropolitana. Teve por padrinho o já citado tenente coronel Francisco Diogo Vélez, representado na ocasião pelo sargento-mor Antônio José Ramos. A madrinha foi dona Rita de Cássia de Almeida Corte Real, irmã do coronel Afonso José de Almeida Corte Real, herói da Guerra dos Farrapos, que seria morto em uma escaramuça entre as tropas imperiais e as farroupilhas.

Vicente e Francisca não tiveram preocupações com a saúde do terceiro filho. O saudável Fernando atravessou a primeira infância sem uma doença grave e teve mais dois irmãos. Seus pais ainda insistiriam com o nome Francisco, e assim batizaram o outro menino, nascido em 1832, também uma criança que se criou bem e que seria sempre chamado de Chiquinho. Rita, a caçula, nasceu em 1834. Este foi o núcleo familiar de Fernando Gomes.

Enquanto a família crescia, Vicente envolvia-se cada vez mais com a política, num cenário de agitações, em que as paixões efervesciam no Rio Grande do Sul descontente com o governo imperial, até a Revolução Farroupilha eclodir, no dia 20 de setembro de 1835. Fernando Gomes tinha cinco anos. Seu pai era adepto do movimento revolucionário, estimulado pelo